



Trabalho de Conclusão
do Curso de Educação
Física

Bacharelado



DANÇA INCLUSIVA: currículo e formação profissional

Dayane da Silva Oliveira¹

Orientador: Paulo Roberto Veloso Ventura²

Resumo - Este artigo tem como temática a Dança Inclusiva, o seu eixo de análise é a formação profissional de professores de Educação Física e Dança, que ao apresentar em seus projetos pedagógicos disciplinas da temática dança inclusiva encaminham a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de dança. O objetivo geral do artigo é analisar o currículo dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e Dança para saber em que medida subsidiam o trabalho com a inclusão. A dança inclusiva, é uma proposta de formação integral destes sujeitos, que busca solucionar exclusões sociais decorrentes das estereotipações da sociedade, portanto, a dança inclusiva é capaz de constituir seres humanos autônomos, que no movimento do dançar se compreendem como pessoas com singularidades, que exprimem as relações de expressividade corporal, cultural e social. O marco teórico que orienta este trabalho é o Materialismo Histórico Dialético, e através de uma pesquisa empírica de documentos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e Dança, das cinco regiões geopolíticas brasileiras, sendo quinze (15) projetos pedagógicos (PPCs) analisados com a finalidade de desvelar o contexto da formação acadêmica.

Palavras chaves: Inclusão; Dança inclusiva; Educação Física; Formação profissional.

Abstract - This article has as its theme inclusive Dance, its axis of analysis is the professional training of teachers of Physical Education and Dance, which, when presenting in their pedagogical projects disciplines of the inclusive dance theme, direct the inclusion of people with disabilities in dance classes. The general objective of the article is to analyze the curriculum of degrees and bachelor's in Physical Education and Dance to know to what extent they subsidize work with inclusion. Inclusive dance is a proposal for integral formation of these subjects, which seeks to solve social exclusions resulting from the stereotypes of society, therefore, inclusive dance can constitute autonomous human beings, who in the dance movement understand themselves as people with singularities, who express relationships of bodily, cultural, and social expressiveness. The theoretical framework that guides this work is dialectical historical materialism, and through an empirical research of documents from undergraduate and bachelor's degrees in Physical Education and Dance, from the five Brazilian geopolitical regions, fifteen (15) pedagogical projects (PPCs) analyzed to unveil the context of academic training.

Keywords: Inclusion; Inclusive dance; Physical Education; Vocational training.

Submissão: 24/11/2020

Aprovação: 08/12/2020

1 INTRODUÇÃO

¹Licenciada em Educação Física e discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

²Doutor em Educação e docente do curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Este artigo tem como tema central a **Dança Inclusiva**, que reflete a inclusão social de pessoas com deficiência (PCDs), através das práticas corporais na dança. O objeto da pesquisa é a Dança como ferramenta para a inclusão desses sujeitos. A temática articula-se com a formação profissional, realçando a possibilidade de intervenção qualitativa nas aulas de dança, se constituindo como uma ferramenta valorosa para o processo educativo de expressão corporal da pessoa com deficiência. Contudo, uma nova perspectiva pode ampliar a visão sobre a inclusão, pois a complexidade existente nas questões inclusivas apresenta como pré-requisito a apropriação do conhecimento sobre a diversidade humana, o que implica em um potencial singular ao profissional que se capacitar para o ensino/aprendizado do aluno com deficiência.

A invisibilidade imposta às pessoas com deficiência revela a exclusão que a sociedade promove sobre elas, o que barra sua inclusão societária, ceifando as possibilidades para que possam se relacionar socialmente. Inúmeras barreiras limitam a inter-relação das culturas e, assim, dia após dia, há um enfrentamento para se adequar no estilo de vida padronizado e estereotipado pela sociedade hegemônica. Este modelo, determinado como “normal” influencia o aprendizado inerente à pessoa “diferente” para que ela também seja vista como “normal”. O processo de exclusão é ancorado a uma distorção da realidade, mascarada por uma pseudo diminuição das dificuldades e limitações de vida da pessoa com deficiência.

Há diversos questionamentos que nos encaminham para uma nova perspectiva, o papel da Dança no meio social. A partir da problemática explicitada destaco a questão que marca o ponto de partida para a realização desta pesquisa: “como é a relação de ensino/aprendizado nas graduações dos cursos de Educação Física e Dança sobre a diversidade humana, mais especificamente sobre as possibilidades da dança no processo de inclusão de pessoas com deficiência”?

A partir do problema de pesquisa explicitado foram elaborados os objetivos:

- Analisar o currículo dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e Dança para saber em que medida subsidiam o trabalho com a inclusão;
- Compreender as implicações inerentes a intervenção do professor/profissional de Educação Física nas aulas de dança para pessoas com deficiência.

A busca por compreender o enigmático processo da inclusão nas aulas de dança no âmbito não escolar motivou esta pesquisa. Com isso, sua relevância se consiste no desvelar o trato aos cursos de formação que dispensam o conhecimento que se estabelece a partir da contradição posta pelas atuais relações sociais entre as possibilidades do dançar e as condições dadas às pessoas com algum tipo de deficiência de participar desta prática corporal.

A análise do projeto político pedagógico dos cursos oferece uma perspectiva acerca deste trato com o conhecimento que os docentes possuem sobre a Educação Física e a Dança, inclusivas. O estudo pretende contribuir com a sociedade, buscando ultrapassar os pensamentos preconceituosos/limitadores do senso comum que permeiam o processo educativo de PCDs. Portanto, revelar novas perspectivas sobre peculiaridades que possam ser encontradas na formação dos professores/profissionais de Educação Física e da Dança concorrem para apontar como, quando e onde poderão se apoiar as pessoas com algum tipo de deficiência nos mais diversos ambientes de formação não escolar, o que remete à sociedade um ganho inestimável, ganho também para os sujeitos com deficiência a partir de que

ganhem autonomia, libertos de determinadas dependências para exercer um protagonismo humanizado e inclusivo.

Este trabalho tem como marco teórico o Materialismo Histórico e Dialético e os parâmetros teórico metodológicos que o orientam estão explícitos na análise e exposição dos dados.

A estrutura deste artigo é constituída de uma breve apresentação que se respalda no estudo utilizado para a exposição do tema proposto. O corpo do trabalho foi desenvolvido em um tópico introdutório Raízes dos Cursos de Graduação em Dança e o Divórcio com a Formação em Educação Física; e quatro tópicos seguintes para exposição das temáticas: Sobre a Dança; Conhecendo o Processo de Inclusão; A Dança Inclusiva; Formação e Intervenção Profissional do Professor de Educação Física. A exposição do processo investigativo por meio da fundamentação metodológica da pesquisa com a análise e exposição dos dados empíricos. Após estes pilares do artigo destacaram-se as considerações finais acerca do estudo, e por último, as referências utilizadas na construção do mesmo.

2 RAÍZES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DANÇA E O DIVÓRCIO COM A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Este artigo busca analisar também a retirada da dança da área da Educação Física, visto que esta possui uma gama de conhecimentos construídos historicamente e indispensáveis para a essência de um objeto de estudo³ que sustente uma interface da dança com os demais temas da Cultura Corporal, até porque os estudos que deram cientificidade à Dança ocorreram via Educação Física. O movimento humano, em toda sua complexidade, que pode ser entendido como essência da Dança, assim como para a Educação Física, encontra respaldo para justificar a defesa deste nexos como afirmado por Oliveira (2004) que a dança está dentro das possibilidades corporais da Educação Física, como uma expressão do corpo que manifesta cultura.

Há um questionamento acerca da origem do curso de dança, pois os pilares abordados pela Cultura Corporal, conforme o Coletivo de Autores (1992), objeto da Teoria Crítico Superadora da Educação Física, que propaga como temas da área, a ginástica, o jogo, o esporte, a luta e a dança. No entanto, estas temáticas estão cada vez mais “autônomas”, na verdade, fragmentadas de seu objeto, trocam a totalidade, o todo, pelo “tudo”⁴ da racionalidade científica. Com isso, a Educação Física fica limitada, seus conhecimentos são fragmentados, dados pela aparência, desencadeando uma superficialidade nas disciplinas curriculares de dança, com trato meramente compulsório para cumprimento da matriz do PPC.

Pacheco (1999) faz uma discussão acerca das análises no campo da comunidade Científica que por incontáveis vezes se apresentam com generalizações, que refletem uma invariabilidade de produções/pesquisas incompletas na Educação Física. Contudo a autora defende que a existência de um recorte da totalidade no conhecimento, quando se utiliza a reflexão sobre os fundamentos filosóficos, pode oferecer aos estudiosos um redirecionamento epistemológico, que por consequência evidencia um embasamento forte e qualitativo na formação do professor de Educação Física.

³ Defendemos que o objeto de estudo da Educação Física e, por questões históricas também da Dança seja o ser humano, visto como omnilateral, ou seja, pela sua totalidade.

⁴ O tudo positivista nos inculca tudo sobre uma parte, um fragmento, processo alienante que nos convence tratar-se do todo sobre o objeto. Então, se sabemos muito sobre Dança, pela aparência há uma garantia de que dominamos tudo sobre Educação Física.

Miranda (1994) produziu um estudo e identificou na prática, um incômodo que despertou o interesse de se pesquisar sobre a articulação existente da disciplina de dança na relação com a proposta curricular dos cursos de Educação Física. A autora, inquieta com o tratamento dado à dança, mas também com a ausência desta abordagem no ambiente escolar, ressaltou que na maioria das vezes os professores de Educação Física que trabalham com a dança em suas aulas, normalmente, são dotados de conhecimentos superficiais, em detrimento de uma formação precária, pois “a forma como a Dança está sendo estudada pela Educação Física não propicia ao futuro professor o conhecimento e a confiança necessária para incluí-la nos seus planos de aula” (MIRANDA, 1994, p 5).

O estudo de Miranda (1994) apresentou como resultado, que alguns professores da área da Educação Física possuem preconceitos e com isso não realizam a intervenção na escola com o conteúdo de dança; a falta do esclarecimento do papel e dos objetivos para o contexto profissional do professor também é relatado como um ponto de ineficiência da formação; e por último, a insuficiência apresentada nos cursos de Educação Física ao tratamento dado a Dança em seu sentido mais profundo, descaracteriza a própria “formação em Dança” (MIRANDA, 1994, p 11).

Pacheco (1999) dialoga com este estudo de Miranda (1994) e salienta que a problemática de desarticulação de espaço curricular da dança nos cursos de Educação Física não é propriamente uma inadequação, e sim um indicativo de possibilidade para repensar as especificidades e proporcionar uma melhora no conhecimento abordado da dança. Desta forma, garantir uma formação apropriada com relação ao conteúdo de dança nos cursos de Educação Física é indispensável.

Pacheco (1999) considera a democratização do conhecimento da dança como ponto-chave para a compreensão da singularidade e legitimação da área, tanto na Educação Física como na Dança, que possuem controvérsias, mas que se cruzam e se interligam pelos aspectos motores, culturais e artísticos. Além disto, a dança pode caminhar por cursos de linguagens, como comunicação visual, entre outros. A autora (1999, p. 6) ainda explica que “A adequação às necessidades e à especificidade de cada curso não descaracteriza a dança, mas amplia as suas possibilidades de interação e atuação”.

O crescente número de ambientes artísticos em todo o território brasileiro, como teatros, centros de artes e música, entre outros, que acolhem os diversos tipos de manifestações de expressão, se tornou a justificativa mais frequente dos projetos pedagógicos para a origem do curso de graduação em Dança; além é claro da legislação que criou as diretrizes curriculares no nível superior, onde são oferecidos e reconhecidos no ambiente acadêmico. Outro fator destacado é a necessidade de enfocar a dança como fenômeno e a sua demanda para uma sociedade culturalmente mais humanizada pela sua formação.

“Devemos buscar argumentos outros que legitimem a prática de atividades físicas, que reconheçam que o ser humano é mais que ter um corpo, é ser um corpo” (PACHECO, 1999, p. 11). O reconhecimento da essência daquilo que o ser humano é, faz desta pesquisa um pequeno e simples retrato da realidade, a dança é um instrumento de demonstração da própria identidade humana. A dança tem adjetivações próprias que apresentam sua habilidade de fazer ser, um corpo que respira o movimento humano e por isso, completa o objeto primordial de estudo da Educação Física.

A origem dos cursos de Dança não anula o trato com a mesma na Educação Física, e assim, desvela uma perspectiva de ampliação da profundidade dada ao conteúdo. Porém, no contexto profissional isso se reflete na disputa por espaços e,

consequentemente, divorcia a parte do todo, em que aquela passa a ser compreendida como um “novo” todo, mas que, na verdade, torna-se um “tudo” daquilo que a dança realmente é, um dos temas da Cultura Corporal, portanto, torna-se um fragmento deste objeto na materialização dos cursos de Dança.

2.1 Sobre a Dança

Segundo o Coletivo de Autores (2012, p. 81) a dança é a “expressão representativa de diversos aspectos da vida do homem”, é uma linguagem social que transmite sentimentos e emoções advindas das experiências religiosas, profissionais, de hábitos culturais, da saúde, entre outros.

Era por meio da expressividade que o homem primitivo demonstrava sua relação consigo próprio, com o outro e com a natureza. Essa foi sua forma de manifestação social e que serviu para auxiliá-lo a afirmar-se como membro da sua sociedade (GARIBA; FRANZONI, 2007, p. 156).

A dança é uma atividade corporal que teve suas primeiras evidências nas sociedades primitivas (GUZZO et al., 2015). Há registros que as primeiras manifestações artísticas da humanidade foram através da dança, de acordo com Brasileiro e Marcassa (2008). Para Bourcier (2001 apud BRASILEIRO; MARCASSA, 2008, p. 201), [...] “as primeiras representações de dança deram-se no campo do sagrado; ela está ligada, portanto, a atos e cerimônias. Posteriormente, foram reconhecidos os laços entre danças guerreiras, rituais agrários e danças totêmicas”. Portanto, a dança era caracterizada como lúdica e ritualista, onde havia manifestações de felicidade quando a pesca e a caça eram fartas, e manifestações peculiares/melancólicas como nos nascimentos e funerais. Tudo isso requiritava bastante participação do corpo na atividade, de acordo com Gariba e Franzoni (2007).

O Coletivo de Autores (2012) identifica as danças imitativas como as primeiras manifestações que consideravam a simulação dos movimentos desejados para a realidade. Brasileiro e Marcassa (2008) apontam que os primeiros documentos sobre a dança datam entre os séculos XIV e XV, sendo que os registros encontrados foram de uma dança metrificada, que mais tarde receberia o nome de Dança de Corte, que deu a base para o ballet se constituir historicamente, até seu auge no século XVIII, com a origem do ballet romântico.

O ballet é considerado uma dança clássica que apresenta um fortalecimento no século XX e XXI, [...] “um modelo de corpo, de mulher e de arte que tem na pureza e na leveza os seus símbolos mais evidentes” (BRASILEIRO; MARCASSA, 2008, p. 201). O padrão de beleza do bailarino é pré-estabelecido como um molde, uma forma, fixado a uma idealização do corpo belo, com características eurocêntricas de um corpo “esbelto, longilíneo, magro, branco e simétrico” (PORPINO, 2008, p. 13). O ballet só apresenta movimentos coreográficos pré-elaborados, a autora (PORPINO, 2008) acrescenta, que o modelo segue uma linha que se organiza e reorganiza, com isso, a cópia do padrão do movimento é suficiente para apresentar a beleza do espetáculo da dança clássica, ressaltando sua fluidez e tranquilidade na exibição do belo.

A dança moderna, de acordo com Porpino (2008), surge para dar visibilidade à valorização da expressividade, através de fortes críticas à mecanização e aos aspectos formais do ballet. A dança contemporânea já se destacou pela sua origem questionadora aos ideais da dança moderna. [...] “a Dança Contemporânea não nega o passado, mas o refaz dando-lhe ares de presente, recontextualizando-o. Sua forma de se expressar abre espaços para incluir paradoxos e diversos diálogos gestuais”

(PORPINO, 2008, p. 14-15). Portanto, a dança contemporânea permite um diálogo saudável entre todas as modalidades de dança, transita entre as referências históricas da dança clássica, a moderna, a contemporânea, a popular e as cultas/eruditas (Ibidem).

Porpino (2008, p. 15) defende que a dança contemporânea permite uma vivência estética que se relaciona com o objeto e o sujeito, logo

A experiência estética da Dança Contemporânea nos faz ser capazes de perceber e criar novos sentidos para as coisas já instituídas na cultura, porque coloca e recoloca os dramas humanos de forma simultaneamente irônica, trágica, original, inusitada e problematizada.

A desconstrução e reorganização dos aspectos da dança são fortemente evidenciados pela transformação do pensamento, que ao longo do processo histórico ganhou importantes pilares que embasam as manifestações das emoções através da expressão corporal.

Amagasaki (1996 apud PORPINO, 2008) expressa uma ideia impactante sobre a reconfiguração que a dança contemporânea apresenta; uma metáfora que diz haver uma necessidade de passar pelo processo de morte, ser cadáver, se permitir morrer o histórico de condicionamento corporal diário, perder vícios do movimento, para então depois, poder criar novas formas e sentidos da dança. Essa relação de transformação do movimento reflete e considera a diversidade, o diferente, o novo, o paradoxo da vida.

2.2 Conhecendo o Processo de Inclusão

Ao tentar compreender uma pessoa com deficiência é imprescindível nos atentarmos aos problemas diários que ela enfrenta. As dificuldades encontradas em todas as esferas da sociedade compõem um imenso “quebra cabeça”, e a independência se torna uma busca constante e exaustiva. Lima (2014, p.41) [...] explicita que “esse grupo se depara com pouca oportunidade de trabalho e vive em quase total dependência familiar e social. Esse fato caracteriza uma difícil integração em todos os setores da vida social” [...]. Faço uma ressalva sobre o discurso da autora, tendo em vista que não basta integrar as pessoas com deficiência no campo das relações sociais, isso já vem ocorrendo em alguns espaços, mas ocorre que há integração, mas elas seguem excluídas. Por isso, torna-se necessário realmente inclui-las, o que vai fazer toda a diferença.

Para Neves (2006, p. 22) [...] “a pessoa com deficiência foi entendida como improdutiva e levada à condição de dependência financeira, ao ser considerada incapaz de prover sua sobrevivência econômica, sendo, então, mais uma vez reafirmada sua segregação”. Nesta perspectiva é notória a exclusão da PCD, pois ao se considerá-la uma pessoa improdutiva, o mundo capitalista se mostra insatisfeito, pela impossibilidade de não exploração de sua mão de obra, condição básica para sustentar os luxos da burguesia.

Para fins de compreensão da realidade da vida das pessoas com deficiência, dar lugar a aproximação e ao conhecimento do outro se torna algo imprescindível. Para então compreender o paradoxo da inclusão é indispensável investigar alguns aspectos do processo histórico da PCD e, com isso, ao abordar os processos que constituem o cotidiano destes indivíduos, destaca-se o trato histórico e conceitual adotado por diversas óticas no mundo.

A busca por direitos e a luta do deficiente tem percorrido milhares de anos, e esse fato revelado por Dicher e Trevisam (2015, p. 2) confirma [...] “que a pessoa com deficiência encontrou diversas formas de tratamento pela sociedade, ora de aceitação e respeito ora de extermínio ou abandono”.

A cerca de trinta mil anos atrás, na sociedade primitiva, o meio que se utilizava para conseguir alimento era ineficiente, pois, para assegurar a sobrevivência era preciso se arriscar através da caça a animais selvagens. Nesse período, o homem ainda não havia descoberto as possibilidades quanto a produção (plantio) do seu próprio alimento, e assim estava sempre exposto ao clima extremamente frio e aos ataques dos animais ferozes. Não há pesquisas que comprovem o comportamento desta sociedade perante o deficiente, porém, a dificuldade na sobrevivência nestes ambientes ameaçadores poderia contribuir para o processo de exclusão (DICHER; TREVISAM, 2015).

Para Dicher e Trevisam (2015), na Era Neolítica a evolução da inteligência humana foi se constituindo, e o homem começa a aprender técnicas e a se desenvolver melhor em grupos. As tribos, por muitas vezes, precisavam desagregar a pessoa com deficiência do grupo, pois possuíam um estilo de vida nômade e devido a esta condição atrapalhavam o grupo, e assim apresentavam riscos a todos; logo, o perigo exposto condicionava-os ao abandono.

Segundo Gugel (2007 apud DICHER; TREVISAM, 2015) nas civilizações egípcias, estudos comprovam a inexistência de discriminação em relação as pessoas com deficiência. A integração perante a sociedade não tinha nenhum impedimento e, assim, eram pessoas que possuíam valores para toda e qualquer atividade dentro do Egito. Os anões, continham privilégios ao serem servos de altos funcionários, sendo dignos de funeral e tumba em cemitérios reais dos patrões.

Nas antigas civilizações Gregas e Romanas, o principal aspecto de grande relevância era os corpos fortes e saudáveis para sanar as necessidades de segurança do povo. O Estado era protegido por soldados, e quando estes eram amputados nas guerras eram vistos como os verdadeiros heróis da pátria. Neste período, havia um julgamento supersticioso que relatava o nascimento de crianças com deficiência física, como sendo dominado por espíritos malignos e, portanto, deveriam ser assassinadas. Outras crianças diferentes eram abandonadas sem nenhuma assistência (WINNICK, 1995 apud CIDADE; FREITAS, 2002b). Em Esparta, os bebês deveriam ser levados a anciões que tinham o papel de analisar a normalidade, a beleza, a força destes, para então, ser considerado um cidadão que após os sete anos seria entregue para se preparar como soldado do Estado para as guerras, porém, os anciões sacrificavam os recém-nascidos que fossem considerados feios, deformados e raquíticos, atirando-os em um abismo denominado como depósito na cidade de Taygetos (SILVA, 2009 apud DICHER; TREVISAM, 2015).

Na Idade Moderna com o movimento Renascentista de arte, música e os avanços na ciência surgiu um olhar atencioso pelas descobertas de tratamentos eficientes no auxílio e melhora da qualidade de vida destas pessoas. Gerolamo Cardano (1501-1576) foi o inventor da primeira língua de sinais que facilitou o aprendizado e a comunicação dos surdos (GUGEL, 2007 apud DICHER; TREVISAM, 2015).

De acordo com Cidade e Freitas (2002b, p. 19) a pessoa com deficiência é [...] “segregada, excluída, estigmatizada e condenada ao isolamento em nome da normalidade, os critérios parecem ser produtividade e adaptação aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade” portanto, a PCD é totalmente estereotipada em algumas cidades primitivas, visto que, em determinado momento havia um

pensamento prioritariamente eliminatório, excludente, porém, em outro, um tratamento de compaixão e zelo. Com o passar da história percebe-se as várias abordagens que transpassam por perseguições, torturas, abandonos, assassinatos, mas no século XIX e XX têm início reformas de cunho social devido aos interesses do governo em ampliar o suporte às pessoas com deficiência.

2.3 A Dança Inclusiva

A dança é ensinada pela sua expressividade e, segundo o Coletivo de Autores (2012), toma uma posição de confronto com as técnicas formais. Mas, para tanto, a dança precisa ser compreendida como uma arte que tem seus parâmetros na própria vida, sendo esta a fonte de sua expressão, não a reprodução acrobática. Para os autores, a técnica formalizada necessita de um tratamento paralelo ao pensamento abstrato, pois a compreensão mais profunda da expressão será obtida através da consciência do corpo, portanto, inicialmente a “disponibilidade corporal” é estimulada com pouca ênfase nas técnicas, para que as expressões sejam exploradas de forma completa pelo aluno.

A dança inclusiva, segundo Claro (2012, p. 28), é “uma atividade corporal que pode ser considerada um recurso artístico-terapêutico auxiliar do bem-estar físico e mental, proporcionando a inclusão social de pessoas com deficiência”. Com isso, a dança tem o poder de estar na prevenção, no tratamento e nas implicações das deficiências sejam elas físicas/motoras, sensitivas ou cognitivas, portanto, a arte da dança é um elemento de inclusão para as pessoas com deficiência, em todos os ambientes educacionais. O sujeito conquista autonomia no aprendizado da dança, logo há uma influência na qualidade de vida dos mesmos, portanto, é inestimável o valor de construção do ser humano enquanto ser histórico em seu movimento.

Claro (2012) desvela que a dança é uma linguagem e meio de comunicação, e cabe a ela possibilitar conhecimentos diferentes sobre o mundo, com uma percepção do movimento dialético da realidade, suas distinções e aflições.

Ensinar e aprender a dançar é vivenciar, criar, expressar, brincar com o próprio corpo. É deixar-se levar pela descoberta de inimagináveis movimentos. Ao dançar o contacto físico, o afeto e o cuidado mútuo, propiciam o desabrochar de comportamentos saudáveis, permitindo a cada indivíduo a busca de significados que o apoie a vencer o desafio de pertencer a uma sociedade ainda mais competitiva do que cooperativa e de colaborar na transformação da mesma. Dançando como artista ou apenas como desporto, todos têm o direito a possibilidades de vencer limites e quebrar barreiras, externas ou internas, buscando novas respostas (CLARO, 2012, p. 29).

O processo de inclusão caminha por espaços que antes não havia, ganha destaque, porém as dificuldades estão sempre presentes, a forma como o pensamento é construído atualmente revela que a historicidade da vida do ser humano está em uma constante transformação, e essa transformação faz o diferente ter oportunidades com igualdade e equidade. Ferreira (2001 apud CLARO, 2012) aponta que ao olhar uma pessoa com deficiência dançando sobre uma cadeira de rodas, o sujeito não deixa de ser o que é, mas sim passa a significar o seu próprio corpo, com a inter-relação das expressões e a sociedade, portanto, adquire significâncias diferentes com o todo.

Oliveira (2004, p. 31) aponta “Por mais que a manifestação visualizável da Educação Física esteja no corpo, a sua práxis não pode ser analisada apenas pela

evidência corporal. Consciente ou não, o professor de Educação Física está atendendo a todo o ser. A ação é sobre o homem completo, o organismo total”. A totalidade é uma categoria indispensável no processo de formação da constituição da Educação Física, o movimento humano é observado como um marcador da relação dialética entre o corpo e a mente, percebendo nas relações entre ambos uma profunda indissociabilidade, que resulta em uma preocupação da compreensão do sujeito como um todo.

A dança inclusiva se apoia no ensino da contemporaneidade das relações humanas, e através deste estudo, os currículos apresentados possuem insuficiências na formação dos profissionais dos cursos de Educação Física e Dança. O trato com a temática da dança inclusiva no curso de Educação Física defendida por esta pesquisadora foi apontado uma única vez nas análises e isso, reflete uma necessidade de voltar a atenção para o paradoxo da inclusão em todos os ambientes sociais. A qualidade de vida da pessoa com deficiência pode ser transformada, ao proporcionar experiências e conhecimentos da dança em seu movimento com a realidade social.

2.4 Formação e Intervenção Profissional do Professor de Educação Física

Para compreendermos o contexto atual da formação dos professores é necessário ir ao princípio das relações humanas. Ventura e Anes (2017) destacam que a “evolução” humana desencadeou um caminho para a transformação do mundo da sobrevivência, devido as necessidades que foram surgindo. Com isso, o mundo do trabalho e a sociedade de classes foram se constituindo como bases da estrutura capitalista hegemônica, cujas relações são dadas pela aparência, sendo manipuladas pela sociedade dominante. Os autores ressaltam que logo após a divisão do trabalho houve o estranhamento das classes sociais e, com isso, a luta das classes marginalizadas iniciou este conflito entre os pilares da atual sociedade, que dão a forma como se constitui o Estado atualmente. Ainda para os autores, as transformações dos modelos de poder público, tais como o Estado, os governos e a política se orientam pela mesma essência de dominação das classes mais frágeis que lutam pela sobrevivência; logo, a exploração dos humanos é dotada como perversa, porque [...] “esta é uma realidade histórica, construída por homens e mulheres em diferentes tempos históricos, são relações entre classes sociais, portanto, relações sociais, humanas e históricas” (VENTURA; ANES, 2017, p. 230).

Taffarel e Santos Júnior (2010, p. 17) defendem a ideia de que o “O homem não nasce humano, torna-se humano”, com isso, as relações humanas com o próximo, com o meio e consigo mesmo são desveladas como produto de exploração, pelo qual, ao longo do percurso histórico de vida há uma destruição dos aspectos que fundamentam as relações sociais. De acordo com Taffarel e Santos Júnior (2010, p. 18) para a luta de classes [...] “impõe-se a necessidade histórica de superarmos, enquanto humanidade, o que desumaniza, o que destrói, aliena e coloca em risco a própria existência da humanidade”.

Para Ventura e Anes (2017, p. 230) o termo política muitas vezes é sinônimo da politicagem realizada pelas mídias e o “político” é o protagonista da visão popular, porém, isso é caracterizado como um “fetiche”. Para os autores “É fato que, enquanto humanos, homens e mulheres são todos políticos, o que nos falta é o processo de conhecimento sobre política, a politização”, portanto, a necessidade de conhecimento é um fator determinante para o modo de pensar a sociedade, politicamente.

Ventura e Anes (2017) revelam que a atividade social é caracterizada por ser dotada de uma atividade política, porém, no trabalho capitalista essa prática não está costumeiramente na esteira das relações sociais. Para tanto,

No campo da formação profissional acadêmica, o que temos é uma continuidade da desqualificação do trabalhador dada pela divisão na formação, pela reestruturação produtiva, por ingerências na atuação profissional, pela demarcação do mercado e pela regulamentação no/do exercício da profissão (VENTURA; ANES, 2017, p. 232).

A problemática encontrada na educação, resulta em consequências sérias. Para Internacional da Educação (s/d. apud TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010) a Educação Física é uma prática pedagógica que colabora com o processo educativo e formativo do ser humano.

Ao pensar a formação profissional de professores é imprescindível observar o processo de educação. Freire (2019, p. 24) assevera que a produção do saber realizada pelos professores deve se apoiar na perspectiva de que [...] “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, dialogando então com a relação do ensinar-aprender, que constrói a correlação entre a formação e a intervenção do professor. Para o autor, a descoberta do ensinar deu-se justamente pela prática social do aprender, pela qual, historicamente, homens e mulheres perceberam a necessidade de dominar métodos para ensinar caminhos norteadores da vida.

Para Taffarel e Santos Júnior (2010), na formação do curso de Educação Física existe uma série de problemas que estão enraizadas nas questões da educação, sendo estes: no campo teórico, a contradição na construção do pensamento entre a abordagem biológica e as ciências humanas e sociais; no campo epistemológico, a hegemonia predominante empírico-analítica, depois o crescimento hermenêutico da fenomenologia e, atualmente, as teorias pós-modernas denominadas pelos defensores como “filosofia da diferença”, que colocam como núcleo de suas discussões as representações culturais e sociais.

Nas teorias críticas há o trato com a práxis, uma reflexão sobre o silêncio imposto pelo capitalismo como forma de controle do modo de produção, relação hegemônica da burguesia no contexto da luta de classes, pela qual a contra hegemonia aponta as falhas no financiamento público, a relação danosa aos trabalhadores entre o público e o privado, quem recebe os recursos públicos para cobrir atividades de responsabilidade do Estado, em especial na área da Educação e da Saúde (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010).

Os autores, Taffarel e Santos Júnior (2010) ressaltam que há adversidades no contexto da infraestrutura dos cursos, como a escassez de infraestrutura, pouca titulação do corpo docente, qualificação insuficiente, com estímulos definidos por “meritocracia” como gratificações do trabalho docente, acadêmicos despreparados para a educação de nível superior oriundos de uma péssima qualidade da educação básica. Os servidores técnico-administrativos passam por uma defasagem nas suas possibilidades de qualificação profissional.

Por fim, problemas políticos, que são caracterizados pela perda de autonomia das universidades com a intervenção do poder executivo e legislativo, influências externas e indevidas na definição das diretrizes curriculares, controle dos orçamentos, não realização de concursos e contratação de pessoas e projetos que atendem os interesses politiqueros dos governos, revelando ações mecânicas que defendem

somente uma subordinação da formação dos professores aos interesses da política de mundialização do capital (TAFFAREL e SANTOS JÚNIOR, 2010).

No campo da formação em Educação Física, dilemas curriculares no trato com a relação teoria e prática, desarticulação entre os pilares ensino-pesquisa-extensão, currículos desportivizados, biologizados e fragmentados, sustentados por teorias idealistas que causam uma limitação ao pensamento do discente, resultando assim em uma formação apenas para o mercado de trabalho.

A formação de professores de Educação Física possui muitas falhas no trato com o conhecimento sobre inclusão, muitas vezes sequer há disciplinas que abordem o tema, tendo foco sempre em pessoas “normais”, prevalecendo a cultura de discriminar mulheres, crianças, idosos, negros, já muito bloqueados pela sociedade vigente. Muito pior, ainda, quando essas pessoas já marginalizadas tenham alguma deficiência. De acordo com Rodrigues (2008, p. 78) a escassez

[...] na formação inicial de PEFs⁵ dos conteúdos de informação sobre NEE⁶ são frequentemente inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar.

Portanto, é importante revelar essa preocupação com a formação inclusiva, afinal, em qualquer espaço, a qualquer momento, pode-se deparar com as limitações das PCDs, processo que nos leva a várias perguntas: será que sou um professor que consegue fazer adaptações para ajudar o aluno que precisa de cuidados especiais? Sou formado para realizar o processo de ensino-aprendizagem para todos, sem exceções?

Para Silva, Sousa e Vidal (2008, p. 131) [...] “a educação física adaptada conseguiu perceber os limites e as possibilidades dessas pessoas, pois teve e ainda tem como diretriz trabalhar com as potencialidades dos alunos”. Os autores ainda complementam “Assim, entendemos que na educação física inclusiva precisamos de uma prática sócio-político-pedagógica capaz de materializar-se em uma nova educação física escolar e novos caminhos a serem percorridos” (SILVA; SOUSA; VIDAL, 2008, p. 133). Primeiro justificar a referência, porque trata-se de um problema afeito a todos os espaços, não apenas ao escolar; segundo, a discordância com autores na questão de que seria uma “nova” Educação Física, mas uma Educação Física transformada.

Com o crescimento das áreas de intervenção da Educação Física, tendo em vista a mercantilização do trabalhador, Anes, Oliveira e Ventura (2016, p. 76) destacam que há a existência de uma busca por professores que sejam, “flexíveis, adaptáveis e aprimorados” sendo estes interesses provenientes das novas demandas do setor produtivo. Para tanto, os mesmos autores (Ibidem) asseguram que,

A sociedade mercantil, que busca incessantemente determinar a formação profissional no Brasil, alimenta-se sempre que prevalece a ideia de funcionalidade, ou seja, de que a formação capacita seus alunos e alunas por uma “competência” adaptativa capaz de desenvolver os problemas imediatos nos campos de intervenção profissional.

Portanto, deve-se frisar que a formação e a intervenção do profissional de Educação Física dependem das perspectivas que o mesmo encontra durante o seu

⁵ Professores de Educação Física.

⁶ Necessidades Educativas Especiais.

processo formativo, pois a sua práxis só funcionará com qualidade (destacando a intervenção nos âmbitos não escolares) se o mesmo descobrir novos olhares para o ensino das práticas corporais que contemple a participação efetiva de todos. Sem engessar o aprendiz a meramente ter aptidão ao mercado de trabalho. Para essa formação inclusiva, o profissional precisa ultrapassar as barreiras do conhecimento, indo além do que o ensino das IES proporciona.

3 EXPOSIÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATIVO

3.1 Metodologia

O marco teórico deste artigo tem aporte no Materialismo Histórico Dialético que Ventura (2010, p.19) aponta ter a relação sujeito/objeto como fundante.

A relação sujeito/objeto é histórica e a sua historicidade se revela por um processo que localiza o problema numa verdade que é dada como estaque pelo modo de produção vigente, mas que se consiste como uma realidade (verdade) que é processual (dialética).

O método crítico-dialético tem o papel de investigar o passado para então compreender e refletir sobre o presente de forma crítica, pois “é necessário constatar, compreender e explicar seu movimento, expor os elementos que o constitui no plano social e histórico, enquanto processo” (VENTURA et al., 2015, p. 6).

A tipologia da pesquisa por objetivo é a compreensiva (compreensão da totalidade) e exploratória (levantamento bibliográfico); por delineamento, é uma pesquisa não experimental, que “se caracteriza pela coleta de dados em ambientes não controlados, ou pouco controlados” (VENTURA et. al, p. 18). A abordagem é quanti-qualitativa tendo em vista que os dados possuem a mesma relevância; os autores destacam que a dialética estabelece a contradição entre quantidade e qualidade e que, nesse movimento, há a unidade entre ambas.

Para a análise, houve a coleta de dados via análise de documentos,

No interior da análise de conteúdo, inclui-se no procedimento os dados coletados, que se tornam dados empíricos selecionados e organizados pelo pesquisador, momento em que ganha a forma de documento e fonte para as análises necessárias (VENTURA et al., 2015, p. 26)

Essa análise será dos currículos acadêmicos, com a investigação das ementas das disciplinas dos cursos em tela. A pesquisa foi constituída por quinze (15) projetos pedagógicos selecionados pela presença dos cursos de Dança e Educação Física em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, sendo caracterizada pela formação acadêmica nas modalidades licenciatura e bacharelado de ambos, representado por uma IES de cada uma das 5 regiões geopolíticas do Brasil que, de forma gentil e, comprometida com a transparência disponibilizaram seus projetos curriculares.

3.2 Análise e Exposição dos Dados Empíricos

Para compreender a formação profissional de discentes que cursam o ensino superior no Brasil, é corriqueiro a apresentação dos pontos marcantes nos discursos da gestão das graduações que ora aprecia uma formação mais humana, ora contempla uma formação mercantilizada em prol do rendimento para o trabalho. Para

tanto através da análise dos projetos pedagógicos dos cursos abordados na pesquisa compreenderemos a finalidade da relação existente entre uma formação profissional que exterioriza na intervenção sua qualidade formativa.

Os currículos dos cursos de Educação Física e Dança em licenciatura e bacharelado das IES brasileiras destacadas nas tabelas abaixo, seguem em suas matrizes curriculares disciplinas de modalidades obrigatórias, optativas e eletivas. Nas tabelas foram destacadas as disciplinas pertencentes a área do conhecimento de dança e inclusão nos currículos dos cursos, com o objetivo de apresentar se essas temáticas são tratadas ou não no campo da formação em Educação Física e se respaldam a intervenção do futuro professor. No curso de Dança foi analisado se há ou não o trato com a temática inclusiva através das disciplinas expostas nos projetos pedagógicos do curso.

Todas as IES apresentam a disciplina da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS reconhecida como segunda língua oficial do Brasil pela Lei n. 10.436, de 24 de Abril de 2002 (BRASIL, 2002), e também institui a Libras como componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação em licenciatura, e assim, os acadêmicos são alcançados pela língua de sinais e entendem o básico para um diálogo com qualquer membro da comunidade surda. O estudo da língua de sinais pode trazer inúmeros benefícios visuais/perceptivos para os ouvintes também, estimulando os aspectos sensoriais a uma melhor captação de informação do meio externo.

Na licenciatura e no bacharelado a disciplina de Libras desenvolve as questões inclusivas, refletindo sobre as dificuldades e limitações de barreira na comunicação dos surdos, e compreende a presença de uma cultura surda própria e suas relações de regionalidades inerentes a língua.

No Bacharelado a Libras é constituída como componente curricular optativo na maioria das formações, sendo assim, uma lacuna para aqueles que não escolherem cursar a disciplina. Em todos os ambientes sociais podemos conviver com surdos, e essa falta de conhecimentos básicos da língua pode acarretar sérios problemas de intervenção profissional, visto que se um surdo vai a um ambiente não formal como será explicado as práticas corporais para que seja realizada e sua importância para a qualidade de vida deste. Sem dúvidas há uma necessidade de implantação não somente na educação superior, mas também na educação básica, o ensino e aprendizado da Libras como segunda língua brasileira.

A Libras possibilita ao professor de dança um marco singular para romper as barreiras da comunicação visual, visto que, a dança possui em sua essência as percepções viso espaciais, o que se assemelha com a compreensão de mundo que o surdo possui, portanto, a dança é analisada de uma forma específica para o surdo, como o espetáculo do dançar, o belo, que apresenta uma decodificação diferente e única. No entanto, a abordagem ementaria, se traduz em uma simplificada introdução da língua que se torna obrigatória a todas as formações pedagógicas, sem nenhuma inter-relação entre a dança e as percepções visuais da Libras.

Como anunciado na metodologia, serão analisados PPCs de Cursos das regiões geopolíticas brasileiras. A primeira Região analisada é a Centro-Oeste:

Tabela 1 – Região Centro-Oeste

Ed. Física Licenciatura	Disciplinas
	Obrigatórias: Metodologia de ensino e pesquisa em Dança Metodologia de ensino e pesquisa em Educação Física Adaptada

Ed. Física Bacharelado	Introdução à Língua Brasileira de Sinais Disciplinas
	Obrigatórias: Pesquisa e ensino em Dança Pesquisa e ensino em Educação Física, Inclusão e Diferença Optativa: LIBRAS
Dança Licenciatura	Disciplinas
	Obrigatórias: Dança, Inclusão e Diferença Introdução à Língua Brasileira de Sinais

Fonte: Projetos Pedagógicos da IES A. Elaboração da autora.

Primeiro ponto a ser destacado é a o fato de que todos os cursos ofertam disciplinas que envolvem o contexto da dança, tanto no currículo de licenciatura quanto no de bacharelado em Educação Física. As ementas das disciplinas: Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança, e Pesquisa e Ensino em Dança apresentam em sua essência o estudo dos aspectos conceituais, estéticos e a influência histórica, educativa e cultural da dança no contexto brasileiro.

Na licenciatura em Educação Física, a dança é guiada por métodos de ensino e impulsos à pesquisa direcionados a ambientes escolares de educação básica; há uma preocupação com o estudo da linguagem criada com a expressividade do corpo, ressaltando a diversidade artística e cultural como meio de transformação da realidade, no processo educacional de crianças, jovens e adultos. Neste curso da Região Centro Oeste, as questões integrativas são abordadas pelos princípios que dão um norte à formação profissional. “Integração, de modo transversal ao fluxo curricular, de conteúdos referentes aos direitos humanos, considerando o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a educação socioambiental e a educação para as relações étnico-raciais” (PPC, IES A, LICENCIATURA, 2014, p. 8), no entanto, é preciso superarmos a integração e ir ao ponto chave da discussão, a inclusão. Com isso, há um questionamento inerente ao pensar este processo: em algum momento, a proposta curricular oferece uma carga horária para a prática de ensino, como prática pedagógica, para que os futuros egressos possam lograr a práxis pedagógica no trabalho para alunos com deficiência? Isso porque na ementa não se vê de forma explícita o cuidado com a inclusão na intervenção pelas aulas de dança.

No bacharelado em Educação Física, a disciplina de dança apresenta uma discussão mais focada para as questões de saúde, mas ao contrário dos estereótipos que estão presentes na historicidade constitutivas deste curso há uma abordagem da compreensão de contemporaneidade na intervenção profissional, nos campos da educação, do lazer, da saúde e da formação humana. O processo de formação no bacharelado é em grande parte conduzido pelas Ciências Biológicas, o que esclarece o cuidado com as questões de saúde e estética na dança, mas o que é diferente neste PPC é a locação da grande área do conhecimento do curso, que se apresenta pelas Ciências Humanas e, assim, o curso incorpora uma identidade que se preocupa com as questões sociais e culturais inerentes a discussão pretendida. Isso pode ser relacionado à postura paradigmática presente na produção do projeto pedagógico, que apresenta uma essência dialética na busca pela perspectiva da corporalidade que é presente no eixo do conhecimento das práticas corporais da Educação Física.

Segundo ponto abordado na tabela 1 é a existência de duas disciplinas obrigatórias nos dois cursos em tela, com nomenclaturas diferentes que apontam para o objeto de estudo, Educação Física Inclusiva. Ambas as disciplinas possuem tratamentos histórico-sociais que envolvem as pessoas com deficiência, e os debates sobre a atual conjuntura da inclusão, em seus aspectos problematizados pela sociedade que exclui ao tentar integrar, o que necessariamente precisa ser objeto de questionamentos no meio acadêmico para então a transformação das dificuldades sejam observadas como desafios indispensáveis para a vida.

A Educação Física Adaptada é um termo que se originou em 1950 com *American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance* (AAHPERD) e tinha como caráter metodológico o desenvolvimento puramente corporal da pessoa com deficiência, o que se apoiava na perspectiva de integração (DA COSTA; SOUSA, 2004). Atualmente a conduta integrativa vem tomando novos olhares e com isso, a existência das contradições na inclusão de acordo com as ementas fazem parte do contexto destes cursos.

O que diferencia as ementas com eixo temático inclusivo é o espaço de intervenção que são estudados, uma Educação Física formal escolar inclusiva, e uma Educação Física não formal que valoriza a questão das diferenças em qualquer ambiente formativo.

O curso de licenciatura em Dança na universidade da Região Centro-Oeste propõe uma formação humanística, proporcionando a aquisição de características como: a criticidade, a criatividade e a reflexão do sujeito, perpassando a produção, a aplicação do conhecimento e a difusão de culturas. E ainda mais especificamente, o curso tem o papel de estreitar as dicotomias do processo histórico inerente à raiz da formação, sendo estas a “teoria e prática, ciência e arte, corpo e mente”, refletindo a “apropriação do conhecimento artístico, científico, cultural” (PPC, IES A, LICENCIATURA – DANÇA, 2013, p. 5).

As disciplinas expostas na tabela 1 retratam a preocupação pedagógica de inclusão social dos diferentes corpos na dança, e para que o professor contemple as inúmeras possibilidades do dançar, a ementa apresenta o ensino dos aspectos conceituais de inclusão e exclusão; propõe-se a investigação das perspectivas históricas e sociais das diferenças corporais a partir do olhar da dança. Há ainda a relação dos pilares metodológicos e teóricos na construção de uma vivência na dança inclusiva.

Em seguida há a exposição na tabela 2 das disciplinas dos cursos explorados da Região Sudeste:

Tabela 2 – Região Sudeste

Ed. Física Licenciatura	Disciplinas
	Obrigatórias - Núcleo geral:
	Ritmo e Expressão
	Dança
	Educação Física Adaptada
	Libras e Educação de Surdos
	Núcleo específico:
	Educação Física Escolar Especial
	Optativa: Aprofundamento em Dança
Ed. Física Bacharelado	Disciplinas
	Obrigatórias - Núcleo geral:
	Ritmo e Expressão

	Dança
	Educação Física Adaptada
	Núcleo específico:
	Esporte Adaptado
	Optativa: Aprofundamento em Dança
Dança Licenciatura	Disciplinas
	Obrigatória:
	Libras e Educação de Surdos
Dança Bacharelado	Disciplinas

<hr/>	
Fonte: Projetos Pedagógicos da IES B. Elaboração da autora.	
<hr/>	

Os cursos oferecidos na IES B são orientados por um núcleo central de formação desde 2006, pois entendem que cada modalidade compõe uma grande área do conhecimento, a Educação Física, porém possuem consciência do dever de dar tratamento específico aos conhecimentos como um campo de intervenção com especialidades diferentes. Pensando nisso, o projeto pedagógico dos dois cursos foi elaborado observando as relações existentes para cada competência.

É necessário saber diferenciar as competências, mas ambos devem possuir formação sólida na área de conhecimento em que estão inseridos, como profissionais, na produção, geração e aplicação de conhecimentos e na transmissão de cultura, construindo uma relação curricular “mais aberta e integrada” e minimizando as relações dicotômicas existentes entre as áreas de formação (PPC, IES B, LICENCIATURA E BACHARELADO – EDUCAÇÃO FÍSICA 2016, p. 3).

As disciplinas de ritmo e expressão e dança, comuns aos dois cursos em Educação Física, são construídas com o conhecimento do corpo em suas dimensões expressivas através do movimento. Tudo que envolve o contexto musical, nos diversos sentidos de manifestações da linguagem do corpo capacita o profissional de Educação Física a buscar uma compreensão do ensinar a dança, a expressão corporal, portanto poder influenciar na produção crítica de cultura faz do profissional um potente formador de inter-relações humanas.

A disciplina Educação Física Adaptada, parte do núcleo geral, estuda as diversidades das deficiências existentes, as sensoriais, físicas e cognitivas compreendendo que estas possuem características distintas e que são observadas pela sua historicidade e o meio social de cada PCD. Esta disciplina está atrelada a nomenclatura adaptativa exposta anteriormente, e ressalto que é necessário repensar a Educação Física integrativa, para uma Educação Física inclusiva.

A disciplina do núcleo específico da licenciatura, Educação Física Escolar Especial, apresenta como ementa um enfoque as indagações vigentes ao processo pedagógico inclusivo no ambiente escolar. O Esporte Adaptado integra o núcleo específico do bacharelado e aparentemente é abordado metodologicamente pelo positivismo, onde há o apontamento da avaliação, apresentação das regulamentações dos esportes específicos para o público com deficiência, o que recorda a integração/segregação que a maioria das pessoas tem como “processo de inclusão” no esporte.

Outro componente da matriz curricular optativa dos cursos evidentes é Aprofundamento em Dança, considerada comum ao núcleo geral, porém só se apropriam do conhecimento aqueles que selecionam para sua formação. A dança

nesta disciplina é um aprofundamento como a própria nomenclatura aponta, para a dança contemporânea, o que propõe uma inter-relação entre a dança educação e a dança performática/tecnicista. Reforço que esta investigação no conteúdo da dança é um relevante impulsionador das questões inclusivas, pois compreendem o sujeito em sua totalidade.

Os cursos de Dança na universidade da Região Sudeste analisadas exprimem em sua matriz curricular diversos tipos de conhecimentos particulares da área, sendo rotulada como um organismo dinâmico (PPC, IES B, LICENCIATURA – DANÇA, 2018), uma formação integral que possui uma completa formação profissional para a dança. Pelo contrário, a inexistência do estudo processual (dialético) da inclusão é dotada como um despropósito, uma afirmação incoerente do ambiente formativo, que expõe a consciência da incorporação do profissional em uma totalidade, sem ter a própria totalidade. Esquecendo ou até mesmo excluindo a inclusão social das pessoas com deficiência tendem a uma formação seletiva que discursa teoricamente, mas que na aplicação dos conhecimentos ignoram o paradoxo da inclusão.

A IES da Região Sudeste, com graduação em bacharelado de Dança, não apresenta em seu currículo nenhuma disciplina que contemple a inclusão, nem como proposta optativa ou eletiva.

A seguir, tabela 3, a relação da matriz curricular considerando o recorte da pesquisa, dos cursos investigados da Região Sul do Brasil:

Tabela 3 – Região Sul

Ed. Física Licenciatura	Disciplinas Obrigatórias: Práticas Corporais Expressivas I Práticas Corporais Rítmicas Fundamentos da Educação Física Especial Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Eletivas: Estudos em Dança Moderna e Contemporânea Estudos Sócio Culturais em Dança Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais Tópicos Especiais Integrados em Educação Física, Fisioterapia e Dança I (A e B), II (A e B)
Ed. Física Bacharelado	Disciplinas Obrigatórias: Práticas Corporais Expressivas I Práticas Corporais Rítmicas Fundamentos da Educação Física Especial Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Eletivas: Estudos em Dança Moderna e Contemporânea Estudos Sócio Culturais em Dança Tópicos Especiais Integrados em Educação Física, Fisioterapia e Dança I (A e B), II (A e B)
Dança Licenciatura	Disciplinas Obrigatórias:

Intervenção pedagógica e necessidades educativas
especiais
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Fonte: Matrizes curriculares e Projeto Pedagógico da IES C. Elaboração da autora.

A Região Sul como notado na tabela 3 contém um ampliado trato de formação inclusiva, de acordo com a matriz curricular dos cursos de Educação Física, no entanto, houve dificuldades no processo de coleta dos projetos pedagógicos destes cursos, portanto, a análise ocorrerá através do que está dado, e apontado no site de buscas da universidade.

A disciplina de Práticas Corporais Rítmicas possui em sua origem a sintetização das disciplinas: Dança na Educação Física; Dança Contemporânea I; Danças folclóricas Brasileiras; Danças Folclóricas Gaúchas; Análise e Expressão Rítmica; Expressão e Movimento; Expressão Corporal Aplicada à Educação Física. Estas raízes evidenciam uma apropriação do conhecimento da dança, a formação profissional então tem o dever de pensar no todo e articular-se com o objeto da Educação Física, tornando-se assim, um contexto formativo suficiente para a intervenção nos mais diversos ambientes de atuação da Educação Física.

Nos cursos da universidade da Região Sul as matérias curriculares da modalidade de licenciatura em Educação Física são igualmente retratadas, compondo-se em quatro disciplinas obrigatórias, sendo duas referentes a temática da dança, e duas da inclusão. Na licenciatura estão presentes oito disciplinas eletivas, duas retratam a integração (termos utilizados na nomenclatura das disciplinas) e seis delas abordam o conteúdo de dança, expressão, ritmo. No bacharelado há sete matérias já destacadas anteriormente, ressalto que só possui uma disciplina eletiva da problemática integrativa.

O curso de Dança na IES C tem a missão de “formar professores comprometidos com a produção artística em dança, que acolham a diversidade cultural e que atuem com responsabilidade político-social” (PPC, IES C, LICENCIATURA – DANÇA, 2018, p. 5-6). A diversidade cultural e o respeito à diferença afirmam o comprometimento da universidade com as questões intrínsecas à dança com caráter inclusivo, e a disciplina de intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais é consequência deste compromisso social. Esta disciplina aponta uma reflexão crítica dos “Estudos sócio culturais em dança e nas atividades de prática pedagógica e de estágio de docência” (PPC, IES C, LICENCIATURA – DANÇA, 2018, p. 16), o que infere ressaltar a aplicabilidade no estágio docente de dança, que proporciona ao acadêmico uma experiência enriquecedora do seu processo formativo.

Estão apresentadas na tabela 4 as disciplinas curriculares da Educação Física e da Dança na universidade da Região Nordeste:

Tabela 4 – Região Nordeste

Ed. Física Licenciatura

Disciplinas

Obrigatórias:

Metodologia da Dança

Atividades Rítmicas e Expressivas

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Optativa:

Técnica da Dança

Ed. Física Bacharelado	Disciplinas Optativas: Metodologia da Dança Técnica da Dança Atividades Rítmicas e Expressivas Educação Física para Portadores de Deficiência Educação Física Inclusiva Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Dança Licenciatura	Disciplinas Optativas: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Dança e Inclusão

Fonte: Projetos Pedagógicos da IES D. Elaboração da autora.

A universidade nordestina entende a dicotomização da Educação Física e desenvolve uma explicação ao apoio e interesse dessa divisão, apontando como um avanço para a qualidade da formação. Com isso, construiu dois novos projetos pedagógicos, respeitando as especialidades do processo de formação profissional tanto para a docência na educação básica, quanto para o campo não formal do bacharel.

Ao observar a tabela 4 percebe-se que na licenciatura em Educação Física possui duas disciplinas obrigatórias que ensinam a dança, também possui o ensinamento de Libras, por conta da sua obrigatoriedade na formação do licenciado. A primeira disciplina apontada é a Metodologia da Dança, que estuda o movimento na dança com a aplicação de métodos que possibilite a transmissão de conhecimentos ao contexto da Educação Física escolar. A segunda é Atividades Rítmicas e Expressivas, que busca por meio da perspectiva educacional abordar as diferentes manifestações rítmicas e expressivas no contexto da Cultura Corporal.

A licenciatura contém uma disciplina optativa, a Técnica da Dança, que apresenta uma relação da vivência das técnicas com dimensões estéticas e históricas, inferida no currículo das optativas do curso de bacharelado também, o que representa uma possibilidade para a escolha do acadêmico que se identifique ou que apresente interesse no aprendizado da dança, em um contexto mais aprofundado.

No geral a formação do bacharel em Educação Física constitui-se de disciplinas optativas para o eixo temático da pesquisa, retratando três disciplinas da dança e afins, e quatro disciplinas da conjuntura inclusiva, incluindo Libras, como uma alternativa formativa para o bacharel.

Há um questionamento relevante a ser feito, sobre o não trato com o conhecimento da inclusão no curso de licenciatura em Educação Física desta região, pois não há nenhuma disciplina curricular, seja na modalidade obrigatória, seja na optativa específica para o tratamento das problematizações históricas, conceituais e sociais do processo de inclusão. Visto que, as demais disciplinas também não apontam este cuidado com a inclusão em suas ementas, e só se oferta Libras em sua matriz por sua obrigatoriedade, ressalto a necessidade indispensável de explicitar a incoerência do curso de licenciatura, que reforça uma Educação Física excludente, separatista e apenas integradora no processo educacional.

Em contra partida, o reconhecimento da competência profissional quanto as questões de limitações, dificuldades, e possibilidades de expressão corporal na dança como meio de ultrapassar os preconceitos pertencentes aos processos histórico-sociais das PCDs está intrínseco no projeto pedagógico do curso de Dança.

O professor de dança pode ser preparado para o conhecimento da linguagem da dança, ao articular os elementos [...] com as práticas artísticas e pedagógicas, incluso o trabalho da dança na Educação Especial, com vistas à (re)descoberta do corpo, a compreensão e à expressão da condição de mobilidade deste grupo no campo da arte (PPC, IES D, LICENCIATURA – DANÇA, 2017, p. 31).

A disciplina de Dança e Inclusão, atribui à dança uma identidade que caracteriza as inter-relações existentes na inclusão das PCDs através das aulas de dança. A ementa faz uma articulação formativa da dança com o processo inclusivo, que tem o objetivo de possibilitar ao aprendiz o desenvolvimento físico, motor, sensitivo e cognitivo; o sujeito que aprende conquista além das percepções de si mesmo, refina suas perspectivas do entorno por meio de experiências e vivências que dialogam com a expressão entre os sujeitos. Essa estrutura de conteúdo abordado na matéria curricular é um modelo a ser observado e pensado como proposta efetiva da dança inclusiva, visto que, a inclusão somente acontece na práxis docente se a formação oferecer subsídio relacional dos conhecimentos gerais da Educação Física e dos específicos da inclusão.

E, por fim, a tabela 5 propicia a exposição da universidade da Região Norte analisada nesta pesquisa:

Tabela 5 – Região Norte

Licenciatura	Disciplinas Obrigatórias: Atividades Rítmicas Fundamentos da Educação Inclusiva Língua Brasileira de Sinais Optativas: Educação Física Adaptada Danças Contemporâneas
Dança Licenciatura	Disciplinas Obrigatórias: Dança Inclusão LIBRAS

Fonte: Projeto Pedagógico da IES E. Elaboração da autora.

O curso de Educação Física na modalidade licenciatura é orientado pelos PCNs, e indica uma preocupação social com as questões de igualdade de oportunidades no meio escolar, ressaltando um processo pedagógico que compreende o sujeito e tem o objetivo de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades, autonomia, cooperação, participação e afirmação dos princípios de democratização (PPC, IES E, LICENCIATURA – EDUCAÇÃO FÍSICA, 2010).

A universidade da Região Norte expõe em seu projeto pedagógico a responsabilidade de evidenciar as políticas de inclusão social, o que implica na exposição em um dos pilares do projeto para a abordagem da relevância que o curso se dispõe a realizar às questões inerentes a práxis pedagógica inclusiva. O projeto marca o ponto de compreensão da universalidade presente nas necessidades e direitos dos seres humanos, como ponto-chave para a apropriada referenciação à nomenclatura “pessoa com deficiência” pois, a vida destes sujeitos singulares não

podem ser referências da exclusão, segregação e integração que eliminam as possibilidades do paradoxo inclusivo no ambiente formativo.

As duas disciplinas associadas à temática da dança se apresentam como complementares e, com isso, é interessante o aprendizado de ambas, ao dialogarem. A decisão do aluno por estudar a disciplina optativa, Danças Contemporâneas, implicaria no ponto central da discussão deste artigo, pois sua ementa exprime o vínculo da inclusão por meio do ensino da dança na Educação Física. Essa inter-relação abordada é uma forma ideal de transformação da qualidade de formação dos professores da área e, por conseguinte, implicaria em uma formação integral que compreende o ser humano por completo.

As disciplinas inclusivas no curso de Educação Física dão diferentes tratamentos metodológicos, uma relaciona a educação inclusiva e suas contextualizações histórica, teórica, legislativa, conceitual e adjetivas das pessoas com deficiência, porém, o termo utilizado na ementa é pessoa com necessidades educativas especiais, o que indica uma contraposição terminológica ao explicitado anteriormente no projeto pedagógico de responsabilidade social inclusiva da PCD. A outra matéria curricular, Educação Física Adaptada, é optativa e sua abordagem metodológica, segundo a ementa, é embasada nas preocupações físicas e funcionais, o que implica a raiz positivista de cuidados biologicistas e, conseqüentemente, a explicação deste é devido a utilização do termo “adaptada” já exposto anteriormente.

No curso de licenciatura em Dança apesar da disciplina ser nomeada Dança Inclusão o projeto pedagógico expõe o termo “portador de necessidades especiais”, visto que esta nomenclatura se apoia na ideia de que as pessoas portam deficiências, o que infere em uma contraposição na aplicação do conhecimento sobre inclusão. Portanto, é necessário se apropriar das construções históricas do processo inclusivo, dando luz ao esclarecimento do que ele seja e sobre o que não é inclusão.

Da correlação entre as controvérsias da dança clássica, técnica e tradicionalista com a dança contemporânea, resulta a dança inclusiva, que vem para desmistificar o corpo dos sujeitos e explorar uma nova configuração do dançar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando desvelar as implicações na formação profissional de professores de Educação Física, este artigo possui a finalidade de dar luz aos aspectos que envolvem o processo inclusivo nos diferentes ambientes de ensino da dança.

A Educação Física, segundo Ventura (2010), vista por lentes críticas, busca esforços para desvendar a corporalidade dos seres humanos inerentes ao processo histórico da Cultura Corporal. Nesse contexto, a dança é um instrumento que proporciona o conhecimento do corpo e suas relações com o meio social, ao revelar sua historicidade.

A fragmentação da Educação Física é um regresso na construção do conhecimento da área, que apoiado por discursos incoerentes acaba por desconsiderar a amplitude do contexto histórico que permeia a vida do ser humano.

Nos cursos de Dança não é diferente, os argumentos sustentados para a divisão em duas modalidades (licenciatura e bacharelado) recaem na intervenção profissional. No entanto, é necessário entendermos que a Dança é parte constituinte da Cultura Corporal e, portanto, caberia à ela o mesmo questionamento que se tem feito ao bacharelado em Educação Física, sobretudo em entender qual o objeto de estudo da Dança.

Na análise dos projetos pedagógicos, tanto o curso de Dança como de Educação Física apresentou disciplinas em sua matriz curricular sobre a temática discutida, a dança inclusiva. Todas as regiões geopolíticas do território brasileiro demonstraram que a dança é um componente importante do currículo do curso de Educação Física e ao explorar os documentos foi encontrado uma ementa singular da Região Norte, que apresentou um modelo referencial para aplicação na intervenção do profissional de Educação Física. Algumas formações, no entanto, se mostraram ineficientes, pois são baseadas em teorias arcaicas do processo de integração. Se contrapondo a essa abordagem, a construção da atual configuração de inclusão enfatiza uma nova perspectiva, o que implica no aprofundamento atualizado do estudo para as ementas que explicitem a temática.

A compreensão dos obstáculos e adversidades presentes na vida da pessoa com deficiência reflete uma intervenção mais consciente e transformadora, pois a formação acadêmica destes professores, tanto na licenciatura como no bacharelado, deve apresentar meios de impulsionar o sujeito para uma formação integral, que considere a sua totalidade e a totalidade do objeto de estudo. A dança inclusiva expõe às claras o trato com a diversidade humana nos cursos de ensino superior, suas apropriações da historicidade da pessoa com deficiência é um diferencial na formação de professores e de bacharéis.

Para além de um discurso que aponta as problemáticas, este artigo tem a função de elucidar os profissionais que trabalham com a dança sobre as possibilidades que a mesma agrega no trato com a inclusão. Uma proposição que se deseja materializar nessas formações analisadas é acrescentar em seus projetos curriculares que todas as disciplinas com práticas corporais incluam em seus planos de trabalho o trato com a deficiência humana, constituindo uma prática que efetive o processo de inclusão social, pois certamente protagonizaria um contexto formativo diferente, que pensa e transforma a realidade de todos, em qualquer âmbito, seja dentro ou fora dos muros que envolvem o paradoxo da inclusão.

REFERÊNCIAS

ANES, Rodrigo Roncato Marques; OLIVEIRA, Michelle Ferreira de; VENTURA, Paulo Roberto Veloso. Currículo, formação docente e ginástica para todos. OLIVEIRA, Michelle Ferreira de; TOLEDO, E. **Ginástica Para Todos: possibilidades de formação e intervenção**. Anápolis: UEG, 2016.

BRASIL, Lei de Diretrizes. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2002.

BRASILEIRO, Livia Tenório; MARCASSA, Luciana Pedrosa. Linguagens do corpo: dimensões expressivas e possibilidades educativas da ginástica e da dança. **Pro-Posições**, v. 19, n. 3, p. 195-207, 2008.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patricia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002b.

CLARO, Catarina Pessoa Lopes. **Avaliação de um programa de dança em jovens com necessidades educativas especiais**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. *In*: CONPEDI. (Org.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. João Pessoa: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 254-276.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARIBA, Chames Maria Stalliviere; FRANZONI, Ana. Dança escolar: uma possibilidade na educação física. **Movimento**, v. 13, n. 2, p. 155-171, 2007.

GUZZO, Marina Souza Lobo *et al.* Dança é política para a cultura corporal. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 1, 2015.

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás**. Dissertação de mestrado. Goiânia: PPGE PUC Goiás, 2014.

Matriz curricular, Instituição C Região Sul. **Licenciatura em Educação Física**, site institucional, acesso em: setembro de 2020.

Matriz curricular, Instituição C Região Sul. **Bacharelado em Educação Física**, site institucional, acesso em: setembro de 2020.

MIRANDA, Maria Luiza de Jesus. A dança como conteúdo específico nos cursos de educação física e como área de estudo no ensino superior. **Revista Paulista de Educação Física**. v. 8, n. 2, p. 3-13, 1994. São Paulo: USP, 1994.

NEVES, C. P. **A inclusão de pessoas com deficiência segundo professores de educação física da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: PPGE PUC Goiás, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PACHECO, Ana Julia Pinto. Educação física e dança: uma análise bibliográfica. **Pensar a Prática**, v. 2, p. 156-171, 1999.

PPC, Instituição A, Região Centro-Oeste. **Bacharelado em Educação Física**, p. 131, 2013.

PPC, Instituição A, Região Centro-Oeste. **Licenciatura em Educação Física**, p. 50, 2014.

- PPC, Instituição A, Região Centro-Oeste. **Licenciatura em Dança**, p. 39, 2013.
- PPC, Instituição B, Região Sudeste. **Licenciatura e Bacharelado em Educação Física**, p. 128, 2016.
- PPC, Instituição B, Região Sudeste. **Bacharelado em Dança**, p. 53, 2018.
- PPC, Instituição B, Região Sudeste. **Licenciatura em Dança**, p. 75, 2018.
- PPC, Instituição C, Região Sul. **Licenciatura em Dança**, p. 28, 2018.
- PPC, Instituição D, Região Nordeste. **Bacharelado em Educação Física**, p. 25, 2010.
- PPC, Instituição D, Região Nordeste. **Licenciatura em Educação Física**, p. 262, 2017.
- PPC, Instituição D, Região Nordeste. **Licenciatura em Dança**, p. 355, 2017.
- PPC, Instituição E, Região Norte. **Licenciatura em Educação Física**, p. 85, 2010.
- PPC, Instituição E, Região Norte. **Licenciatura em Dança**, p. 92, 2011.
- RODRIGUES, David Antônio. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Journal of Physical Education**, v. 14, n. 1, p. 67-73. Maringá: UEM, 2008.
- SILVA, Régis Henrique dos Reis; SOUSA, Sônia Bertoni; VIDAL, Maria Helena Candelori. Dilemas e perspectivas da Educação Física diante do paradigma da inclusão. **Pensar a Prática**: Goiânia, UFG, 2008.
- TAFFAREL, Celi Zulke. Pedagogia histórico-crítica e metodologia de ensino crítico-superadora da Educação Física: nexos e determinações. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 27, n. 1, p. 5-23, 2016.
- TAFFAREL, Celi Neuza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. In: TERRA, Dinah Vasconcelos; SOUZA JUNIOR, Marcílio. (Org). **Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Goiânia: CBCE, 2010.
- VENTURA, Paulo Roberto Veloso; ANES, Rodrigo Roncato Marques. Políticas públicas e educação: formação, profissionalização e intervenção de professores de Educação Física em um país tupiniquim. In: MONTE, E. D.; COELHO, H. R. (Org.). **Corpo, trabalho e educação**. Belém: UEPA, 2017.
- VENTURA, Paulo Roberto Veloso *et al.* **Metodologia da investigação científica: um olhar a partir de pesquisadores da Educação Física**. (Mímeo) Goiânia, 2015.
- VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.